



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026
Concessão de Obra no Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

ANEXO XII – RECEITAS ACESSÓRIAS



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

ÍNDICE

1. ATIVIDADES EXPLORÁVEIS COMO FONTES DE RECEITAS ACESSÓRIAS E CONTEÚDO MINÍMO DO PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS.....	3
2. CONDIÇÕES PARA EXPLORAÇÃO DE RECEITAS ACESSÓRIAS	5
3. NEGÓCIOS PÚBLICOS.....	9

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

O presente ANEXO contém as regras a serem observadas pela CONCESSIONÁRIA para exploração de fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS.

Os termos definidos utilizados neste ANEXO terão os mesmos significados a eles atribuídos no ANEXO XIII, quando ali definidos.

1. ATIVIDADES EXPLORÁVEIS COMO FONTES DE RECEITAS ACESSÓRIAS E CONTEÚDO MÍNIMO DO PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS

- 1.1. As seguintes atividades serão consideradas fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS, e poderão ser previstas no PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS, respeitadas as condições estabelecidas no CONTRATO e neste ANEXO:
 - 1.1.1. Serviços de publicidade que envolvam a exploração de mídias publicitárias no MATERIAL RODANTE e nas estações da FERROVIA, em todos os formatos possíveis, tais como estático, retro iluminado, digital e interativo com o USUÁRIO (celular/dispositivos móveis);
 - 1.1.2. Exploração de projetos/empreendimentos diversos na ÁREA DA CONCESSÃO, com qualidade e eficiência, inclusive, mas não se limitando, àqueles relacionados aos SERVIÇOS, no âmbito das oportunidades de negócios e do planejamento estratégico da CONCESSIONÁRIA, desde que sejam observados os termos do item 2.1 deste ANEXO;
 - 1.1.2.1. A exploração de projetos/empreendimentos referida no item 1.1.2 acima inclui tanto a realização de tais atividades pela própria CONCESSIONÁRIA como por terceiros, que poderão firmar contratos com a CONCESSIONÁRIA para utilização de espaços comerciais localizados na ÁREA DA CONCESSÃO, desde que sejam respeitadas as condições estabelecidas no CONTRATO e nos seus ANEXOS, devendo a CONCESSIONÁRIA assumir a responsabilidade pela identificação e liberação dos espaços necessários para a exploração de tais fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS, nos termos do item 2.3.
 - 1.1.3. Prestação de serviços e/ou venda de produtos licenciados do PRAC ou da FERROVIA, tanto em meio físico como online, observada a vedação à cobrança de quaisquer valores dos USUÁRIOS para acesso à área do PRAC, admitida a cobrança de valores por atividades e serviços disponibilizados pela CONCESSIONÁRIA no PRAC;
 - 1.1.4. Veiculação de conteúdo publicitário em serviços de telefonia e wi-fi, observadas as diretrizes constantes do CONTRATO e dos seus ANEXOS;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

- 1.1.5. Uso compartilhado de sistema eletrônico de rede de dados, respeitadas as condições estabelecidas no CONTRATO e em seus ANEXOS;
- 1.1.6. Imagem institucional da ÁREA DA CONCESSÃO, com a possibilidade de realização de filmagens para fins de publicidade, seja na ÁREA DA CONCESSÃO ou contemplando a ÁREA DA CONCESSÃO;
- 1.1.7. Comercialização do licenciamento do uso do direito sobre os nomes das estações da FERROVIA, observada a exigência prevista no item 2.5;
- 1.1.8. Cobrança pela locação de espaços nos trens e em áreas de equipamentos públicos que façam parte da ÁREA DA CONCESSÃO para usuários finais, prestadores de serviços, operadores logísticos e transportadores de cargas, mercadorias, encomendas e correspondências, com entrega e retirada na ÁREA DA CONCESSÃO;
 - 1.1.8.1. A CONCESSIONÁRIA deverá, com 30 (trinta) dias de antecedência do início da exploração da atividade prevista no item 1.1.8, apresentar, para a devida ciência da AGÊNCIA REGULADORA, proposta de regramento referente a tal exploração, resguardando a prioridade e qualidade dos SERVIÇOS, bem como a segurança da ÁREA DA CONCESSÃO, incluindo o detalhamento da forma da exploração de tal atividade, para posterior inclusão no PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS.
 - 1.1.8.2. Caso a AGÊNCIA REGULADORA tenha objeção à proposta de regramento referida no item 1.1.8 acima, deverá se manifestar no prazo de 10 (dez) dias contados da data de sua apresentação, cabendo à CONCESSIONÁRIA, neste caso, realizar os ajustes determinados pela AGÊNCIA REGULADORA antes do início da exploração da atividade prevista no item 1.1.8.
- 1.1.9. Cobrança pelo serviço de guarda volume, com instalações, acomodações e dispositivos de segurança adequados para a recepção, conferência, armazenamento, movimentação e retirada de volumes;
- 1.1.10. Cobrança pela atividade de exploração de estacionamentos na ÁREA DA CONCESSÃO, bem como da locomoção dos USUÁRIOS até o PRAC, conforme disposto no item 3.5.1 do ANEXO II.B, devendo a CONCESSIONÁRIA, antes de sua efetivação, apresentar, para a devida ciência da AGÊNCIA REGULADORA, projeto básico com planejamento para tal atividade, incluindo o detalhamento da forma de exploração, para posterior inclusão no PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS;
- 1.1.11. Realização de eventos na ÁREA DA CONCESSÃO; e

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

- 1.1.12. Outras receitas cabíveis, decorrentes de atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor, que se originem direta ou indiretamente da exploração da ÁREA DA CONCESSÃO, inclusive aquelas que venham a ser auferidas por PARTES RELACIONADAS ou em função de acordos firmados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros, tais como os previstos nas Cláusulas 35, 36 e 37 do CONTRATO.
- 1.2. Não serão consideradas RECEITAS ACESSÓRIAS aquelas decorrentes de aplicações no mercado financeiro, de valores recebidos a título de indenização ou cobertura de seguros, ou, ainda, de pagamentos a título de penalidades decorrentes de contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros, salvo eventuais indenizações devidas por terceiros à CONCESSIONÁRIA cujos valores originalmente sejam considerados como RECEITAS ACESSÓRIAS, para fins do CONTRATO e deste ANEXO.
- 1.3. O PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS, a ser apresentado em até 90 (noventa) dias contados da DATA DE EFICÁCIA, e a ser aprovado na forma prevista na Cláusula 7 do CONTRATO, deverá prever, no mínimo, a identificação preliminar das oportunidades de RECEITAS ACESSÓRIAS, com a lista de serviços e/ou ativos que poderão ser explorados, bem como os modelos de negócio que poderão ser utilizados na exploração das fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS.
 - 1.3.1. O PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS deverá respeitar, obrigatoriamente, as condições e os termos previstos no CONTRATO e neste ANEXO, em especial no item 2 abaixo.
 - 1.3.2. A CONCESSIONÁRIA deverá submeter proposta de atualização do PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS, de acordo com o procedimento previsto na Cláusula 7 do CONTRATO, caso pretenda explorar novas fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS que não tenham sido previstas na versão aprovada do referido PLANO.

2. CONDIÇÕES PARA EXPLORAÇÃO DE RECEITAS ACESSÓRIAS

- 2.1. A CONCESSIONÁRIA poderá explorar atividades geradoras de RECEITAS ACESSÓRIAS, desde que: (i) tal exploração não prejudique a prestação do SERVIÇO ADEQUADO, o cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO, a preservação do componente histórico, ou a exploração, manutenção, preservação e segurança da ÁREA DA CONCESSÃO; (ii) sejam observadas as regras previstas no CONTRATO e neste ANEXO, bem como na legislação e na regulamentação vigentes; e (iii) tal exploração seja prevista no PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS, que deverá ser aprovado conforme o regramento previsto na Cláusula 7 do CONTRATO.
 - 2.1.1. No caso específico dos projetos enquadrados como NEGÓCIOS PÚBLICOS, aplicar-se-á, adicionalmente às condições estabelecidas no item 2.1 acima, o regramento

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

previsto no item 3.

- 2.2. O início da exploração das fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS previstas no PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS deverá ser previamente comunicado pela CONCESSIONÁRIA à AGÊNCIA REGULADORA, por meio do encaminhamento de cópia, em formato a ser definido pela AGÊNCIA REGULADORA, de todos os contratos, obrigatoriamente por escrito, bem como de outros documentos pertinentes. Os documentos deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - 2.2.1. Prazo de vigência do(s) contrato(s) firmado(s);
 - 2.2.2. Espaços da ÁREA DA CONCESSÃO que serão utilizados para exploração das fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS;
 - 2.2.3. Valor a ser auferido pela CONCESSIONÁRIA, com indicação da fonte de exploração, por ano ou por ato, quando este for pontual/individualizado;
 - 2.2.4. Descrição do objeto do contrato e do modelo de negócio, visando à exploração das fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS; e
 - 2.2.5. Cronograma de execução.
- 2.3. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela identificação e liberação dos espaços da ÁREA DA CONCESSÃO que serão utilizados para a exploração de fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS.
 - 2.3.1. Na eventual existência de áreas de praças no entorno das estações da FERROVIA que componham a ÁREA DA CONCESSÃO, estas poderão ser objeto de exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS, desde que garantido o acesso, a circulação e o lazer dos USUÁRIOS, a harmonia urbanística da ocupação e as funções de iluminação e ventilação das estações, cabendo à CONCESSIONÁRIA a manutenção e a preservação dessas áreas.
- 2.4. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela regularização, perante as Prefeituras, os Cartórios de Registro de Imóveis e demais órgãos e entidades da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, além de outras entidades privadas competentes, da ocupação e exploração das atividades geradoras de RECEITAS ACESSÓRIAS.
- 2.5. É permitido o licenciamento do direito de uso sobre os nomes das estações da FERROVIA, desde que: (i) não se substitua a denominação oficial das estações, sendo admitido que marcas licenciadas sejam agregadas, criando-se um nome composto aos nomes das estações objeto de licenciamento; (ii) os nomes das estações não sejam contrários aos bons costumes, não firam direitos de terceiros, respeitem direitos autorais e observem as mesmas exigências previstas no item 2.6; (iii) a

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

CONCESSIONÁRIA assumirá os custos a serem incorridos para adequação de mapas, placas e quadros informativos existentes nos sítios e equipamentos vinculados à CONCESSÃO, incluindo todas as estações e o MATERIAL RODANTE, quando ocorrida a agregação de nomes aludida pelo inciso (i) deste item, sem prejuízo de que, eventualmente, o contrato de licenciamento de uso preveja o ressarcimento dos mencionados custos pelo interessado; e (iv) o respectivo contrato de licenciamento de uso contenha disposição expressa de que o direito de uso sobre os nomes das estações se encerrará com o fim de sua vigência, culminando na adoção do nome original das estações.

- 2.6. A exploração de publicidade deverá observar a legislação em vigor e a regulamentação do CONAR, não podendo atentar contra a moral e os bons costumes, ter cunho religioso ou político-partidário, ou, ainda aludir a qualquer espécie de injúria, discriminação ou preconceito, de qualquer ordem, incluindo preconceitos de raça, cor, credo, gênero, sexualidade ou de natureza social ou xenófoba.
- 2.7. Na exploração de fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS, a CONCESSIONÁRIA será responsável por toda e qualquer infração legal ou ofensa a regulamentação específica perante terceiros e todos os órgãos competentes, de fiscalização e regulação, excluindo a AGÊNCIA REGULADORA e o PODER CONCEDENTE de qualquer demanda a respeito.
- 2.8. Nenhum contrato celebrado entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros para exploração de fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS poderá ultrapassar o PRAZO DA CONCESSÃO, salvo se: (i) o PODER CONCEDENTE, ouvida a AGÊNCIA REGULADORA, aprovar tal contratação; e (ii) forem observados os requisitos previstos nos itens 2.8.1 a 2.8.4.
 - 2.8.1. Para fins da solicitação da autorização referida no item 2.8, “i”, a CONCESSIONÁRIA deverá informar ao PODER CONCEDENTE e à AGÊNCIA REGULADORA, dentre outros elementos pertinentes para a análise, as formas de remuneração a serem previstas no respectivo contrato.
 - 2.8.2. A autorização referida no item 2.8, “i”, ficará condicionada à avaliação de conveniência e oportunidade por parte do PODER CONCEDENTE, ouvida a AGÊNCIA REGULADORA, sendo certo que a negativa não ensejará, em qualquer hipótese, o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
 - 2.8.3. Na hipótese de contratos a serem celebrados com PARTES RELACIONADAS, a autorização referida no item 2.8, “i”, dependerá, dentre outros fatores, da avaliação, pelo PODER CONCEDENTE, ouvida a AGÊNCIA REGULADORA, da compatibilidade dos valores previstos nos referidos contratos com parâmetros de mercado.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

- 2.8.4. Concedida a autorização referida no item 2.8, “i”, os contratos celebrados para exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS com prazo de vigência superior ao PRAZO DA CONCESSÃO deverão observar as seguintes condições:
- (i) o PODER CONCEDENTE e a AGÊNCIA REGULADORA deverão fazer parte dos contratos, na condição de intervenientes-anuentes;
 - (ii) os contratos deverão vedar expressamente: (a) a antecipação de remuneração pela CONCESSIONÁRIA que se refira a parcelas que extrapolem o PRAZO DA CONCESSÃO; ou (b) o recebimento de remuneração pela CONCESSIONÁRIA, a qualquer título, durante o período que ultrapassar o PRAZO DA CONCESSÃO;
 - (iii) os contratos deverão prever expressamente a possibilidade de sub-rogação integral do PODER CONCEDENTE ou da SUCESSORA na posição contratual da CONCESSIONÁRIA, quando da extinção da CONCESSÃO;
 - (iv) os contratos deverão estabelecer proporcionalidade entre a remuneração percebida pela CONCESSIONÁRIA ao longo da CONCESSÃO e a remuneração prevista para o PODER CONCEDENTE ou para a SUCESSORA no período posterior ao termo final de vigência da CONCESSÃO, caso seja exercida a opção pela sub-rogação do PODER CONCEDENTE ou da SUCESSORA na posição contratual da CONCESSIONÁRIA nos referidos contratos;
 - (v) quando da extinção da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE ou a SUCESSORA poderão se sub-rogar na posição contratual da CONCESSIONÁRIA nos referidos contratos ou rescindi-los antecipadamente;
 - (vi) caso o PODER CONCEDENTE ou a SUCESSORA desejem se sub-rogar na posição contratual da CONCESSIONÁRIA nos referidos contratos após a extinção da CONCESSÃO, estes assumirão as obrigações antes atribuídas à CONCESSIONÁRIA e passarão a auferir a sua remuneração, nos termos previstos nos contratos, observadas as condições comerciais e a forma inicialmente pactuadas com a CONCESSIONÁRIA, sendo vedada qualquer alteração que implique a redução ou o agravamento de tais condições, em prejuízo ao PODER CONCEDENTE ou da SUCESSORA; e
 - (vii) caso o PODER CONCEDENTE ou a SUCESSORA não desejem se sub-rogar na posição contratual da CONCESSIONÁRIA nos referidos contratos após a extinção da CONCESSÃO, caberá à CONCESSIONÁRIA: (a) rescindi-los e assumir todos os custos rescisórios aplicáveis; e (b) disponibilizar ao PODER

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

CONCEDENTE as áreas objeto de exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS, livres e desobstruídas de quaisquer ônus e encargos.

- 2.8.5. Caso a CONCESSIONÁRIA tenha celebrado contratos com vigência superior ao PRAZO DA CONCESSÃO sem a autorização referida no item 2.8, “i”, aplicar-se-á o seguinte: (i) a CONCESSIONÁRIA estará sujeita à aplicação da penalidade prevista no ANEXO VIII; e (ii) a CONCESSIONÁRIA deverá rescindir os referidos contratos.
- 2.9. A CONCESSIONÁRIA será exclusiva e integralmente responsável pelos contratos voltados à exploração de atividades geradoras de RECEITAS ACESSÓRIAS, inclusive por quaisquer tributos, encargos, obrigações, gravames, ônus, valores residuais ou de outras origens cobrados pelas partes com quem contratar, sendo vedado à CONCESSIONÁRIA impor tal responsabilidade ao PODER CONCEDENTE ou à AGÊNCIA REGULADORA, assim como cobrar deles qualquer valor que entenda lhe ser devido em decorrência dos contratos firmados, ressalvado o disposto nos itens 2.8.4, “vi”.
- 2.10. A CONCESSIONÁRIA deverá contabilizar separadamente o montante recebido a título de RECEITAS ACESSÓRIAS e encaminhar à AGÊNCIA REGULADORA, mensalmente, relatório que contenha o detalhamento dos valores obtidos, cópia das faturas, instrumentos congêneres e demais informações necessárias ao acompanhamento da exploração de atividades geradoras de RECEITAS ACESSÓRIAS.
- 2.11. A CONCESSIONÁRIA será integralmente responsável pelas projeções de RECEITAS ACESSÓRIAS consideradas quando da apresentação de sua PROPOSTA COMERCIAL, não sendo cabível qualquer tipo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em razão da alteração, não confirmação ou prejuízo decorrente da frustração das RECEITAS ACESSÓRIAS estimadas pela CONCESSIONÁRIA.
- 2.12. Para fins do CONTRATO e deste ANEXO, as RECEITAS ACESSÓRIAS são consideradas aleatórias, de modo que a CONCESSIONÁRIA não fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, tampouco a qualquer indenização pelos investimentos realizados para exploração de tais receitas, observado o disposto na Cláusula 23.1.10 e 23.1.14 do CONTRATO.

3. NEGÓCIOS PÚBLICOS

- 3.1. Para NEGÓCIOS PÚBLICOS, deverá ser observada a alocação de riscos estabelecida no âmbito do respectivo arranjo jurídico a ser formalizado entre a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, não se aplicando a matriz de riscos prevista no Capítulo XII do CONTRATO.
- 3.2. Os NEGÓCIOS PÚBLICOS poderão ser propostos por iniciativa do PODER CONCEDENTE e/ou da CONCESSIONÁRIA, com a finalidade de constituir projetos/empreendimentos

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

associados à prestação dos SERVIÇOS e à exploração da ÁREA DA CONCESSÃO, para fins de exploração e geração conjunta de receitas adicionais.

- 3.2.1. A exploração de NEGÓCIOS PÚBLICOS será realizada mediante a apresentação de plano de negócios separado pela CONCESSIONÁRIA, o qual deverá ser aprovado pela AGÊNCIA REGULADORA e pelo PODER CONCEDENTE.
- 3.2.2. O plano de exploração de NEGÓCIOS PÚBLICOS deverá detalhar os investimentos, o modelo de negócio, as projeções de receita e os percentuais de compartilhamento de receitas a serem aplicados.
- 3.2.3. A remuneração do PODER CONCEDENTE nos NEGÓCIOS PÚBLICOS poderá ser baseada em uma porcentagem do faturamento bruto gerado pelo empreendimento, sendo que o percentual de compartilhamento será negociado e aprovado posteriormente, de comum acordo, levando em consideração a natureza do empreendimento e o retorno esperado para ambas as PARTES.
- 3.2.4. O PODER CONCEDENTE poderá participar dos NEGÓCIOS PÚBLICOS por meio de contribuições em ativos, como terrenos ou outros recursos, estabelecendo Joint Venture (JV) ou outro tipo de parceria público-privada, com a construção de uma matriz de riscos elaborada de forma dialogada e que proporcione distribuição dos lucros equivalente aos riscos assumidos por cada parte no empreendimento.
- 3.3. Os NEGÓCIOS PÚBLICOS poderão ser materializados por meio de quaisquer arranjos jurídicos compatíveis com a legislação pertinente, que viabilizem a exploração conjunta entre a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE de atividades, serviços, ativos e quaisquer outras operações estruturadas, desde que: (i) sejam compatíveis com a legislação pertinente; e (ii) preencham, sempre, os requisitos relativos à natureza de projeto/empreendimento associado, bem como outras condicionantes voltadas ao atendimento do interesse público, fixadas pelo PODER CONCEDENTE, especialmente quanto à predefinição dos riscos envolvidos.
 - 3.3.1. Os NEGÓCIOS PÚBLICOS não integram os SERVIÇOS, estando inteiramente condicionados à autorização prévia e discricionária do PODER CONCEDENTE, cuja avaliação compreenderá não apenas a compatibilidade com a lei e com os níveis de serviço e exigências técnico-operacionais contratualmente previstos, como também a conveniência e oportunidade do PODER CONCEDENTE.
 - 3.3.2. As receitas adicionais provenientes de NEGÓCIOS PÚBLICOS têm caráter aleatório e eventual, devendo ser observado, em caso de frustração ou acréscimo de tais receitas, o regramento estabelecido entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA acerca do compartilhamento de riscos.
- 3.4. O PODER CONCEDENTE, a seu exclusivo critério, poderá se valer da expertise de

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2026

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

terceiros para apoiar a análise da estruturação de NEGÓCIOS PÚBLICOS e dos correlatos arranjos jurídicos, inclusive para identificar se o regramento relacionado ao compartilhamento de riscos, custos e receitas proposto se mostra apropriado à luz do interesse público e compatível com o CONTRATO, bem como com seus ANEXOS.

- 3.5. As receitas obtidas pela CONCESSIONÁRIA a partir da exploração dos NEGÓCIOS PÚBLICOS não comporão as RECEITAS BRUTAS e deverão ser contabilizadas de forma segregada delas, sendo compartilhadas com o PODER CONCEDENTE, exclusivamente, nos termos previstos no arranjo jurídico definido entre as PARTES.
- 3.5.1. O PODER CONCEDENTE, a AGÊNCIA REGULADORA ou órgão por eles designados poderão, a qualquer momento, realizar fiscalização e diligências, além de requisitar documentos para apurar a conformidade dos valores informados pela CONCESSIONÁRIA.